

Aviso: [2026-06-09 04:21] este documento é uma impressão do portal Ciência_Iscte e foi gerado na data indicada. O documento tem um propósito meramente informativo e representa a informação contida no portal Ciência_Iscte nessa data.

Luís Vasconcelos Abreu

Professor Auxiliar

DINÂMIA'CET-Iscte - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território
Departamento de Economia Política (ECSH)

Contactos

E-mail	Luis_Fernando_Abreu@iscte-iul.pt
Gabinete	D2.17
Cacifo	56

Currículo

Doutoramento em Direito das Empresas, na especialidade de Direito Comercial, no ISCTE-IUL, em 29 de junho de 2015. Mestrado em Ciências jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 19 de maio de 1998. Mestrado em ciências jurídico-políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Lisboa, em 2 de julho de 1993. Licenciatura em Direito, por esta última Faculdade, em 26 de julho de 1988. Pós-doutorado em Direito, pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 12 de julho de 2022.

Qualificações Académicas

Universidade/Instituição	Tipo	Curso	Período
Universidade de Coimbra Instituto Juridico	Pós-Doutoramento	Direito Civil	2022
ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa	Doutoramento	Direito das Empresas	2015
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	Mestrado	Mestrado em Direito Privado	1998

Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Direito	Mestrado	Mestrado em Direito Público	1993
Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Direito	Licenciatura	Direito	1988

Atividades Letivas

Ano Letivo	Sem.	Nome da Unidade Curricular	Curso(s)	Coord
2026/2027	2º	Direito do Contrato de Trabalho Desportivo		Sim
2026/2027	2º	Direito dos Contratos Comerciais	Curso Institucional em Escola de Ciências Sociais e Humanas;	Sim
2026/2027	2º	Teoria Geral do Direito Civil	Licenciatura em Direito;	Sim
2026/2027	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2026/2027	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2026/2027	1º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2026/2027	1º	Trabalho de Projeto em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2026/2027	1º	Introdução ao Estudo do Direito	Licenciatura em Direito;	Sim
2026/2027	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2025/2026	2º	Direito do Contencioso Societário e Insolvência		Sim
2025/2026	2º	Direito do Contrato de Trabalho Desportivo		Sim
2025/2026	2º	Direito dos Contratos Comerciais		Sim
2025/2026	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão de Marketing;	Sim
2025/2026	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2025/2026	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2025/2026	1º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim

2025/2026	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Sim
2025/2026	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2025/2026	1º	Direito Fiscal das Empresas		Sim
2024/2025	2º	Direito do Processo Laboral		Sim
2024/2025	2º	Direito do Contencioso Societário e Insolvência		Sim
2024/2025	2º	Direito dos Contratos Comerciais		Sim
2024/2025	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão de Marketing;	Sim
2024/2025	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2024/2025	1º	Metodologias de Investigação em Direito		Sim
2024/2025	1º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2024/2025	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Sim
2024/2025	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2024/2025	1º	Direito Fiscal das Empresas		Sim
2023/2024	2º	Direito do Processo Laboral		Sim
2023/2024	2º	Direito do Contencioso Societário e Insolvência		Sim
2023/2024	2º	Direito dos Contratos Comerciais		Sim
2023/2024	2º	Direito da Família e da Criança		Sim
2023/2024	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão de Marketing;	Sim
2023/2024	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2023/2024	1º	Metodologias de Investigação em Direito		Sim
2023/2024	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim

2023/2024	1º	Seminário sobre Temas de Direito do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2023/2024	1º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2023/2024	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Sim
2023/2024	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2023/2024	1º	Direito Fiscal das Empresas		Sim
2022/2023	2º	Direito do Processo Laboral		Sim
2022/2023	2º	Direito do Contencioso Societário e Insolvência		Sim
2022/2023	2º	Direito dos Negócios		Sim
2022/2023	2º	Direito da Família e da Criança		Sim
2022/2023	2º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2022/2023	2º	Trabalho de Projeto em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2022/2023	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão;	Sim
2022/2023	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2022/2023	1º	Seminário sobre Temas de Direito do Trabalho		Sim
2022/2023	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2022/2023	1º	Trabalho de Projeto em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2022/2023	1º	Relações Laborais		Sim
2022/2023	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Sim
2022/2023	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2022/2023	1º	Direito Fiscal das Empresas		Sim
2021/2022	2º	Direito do Contencioso Societário e Insolvência		Sim

2021/2022	2º	Direito da Família e da Criança		Sim
2021/2022	2º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2021/2022	2º	Trabalho de Projeto em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2021/2022	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão de Marketing; Licenciatura em Gestão;	Sim
2021/2022	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2021/2022	1º	Seminário sobre Temas de Direito do Trabalho		Sim
2021/2022	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas		Sim
2021/2022	1º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2021/2022	1º	Trabalho de Projeto em Direito das Empresas e do Trabalho		Sim
2021/2022	1º	Ciberdireito		Sim
2021/2022	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Sim
2021/2022	1º	Direito das Sociedades Comerciais I	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2021/2022	1º	Direito Fiscal das Empresas		Sim
2020/2021	2º	Dissertação em Direito das Empresas e do Trabalho	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Não
2020/2021	2º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Gestão;	Não
2020/2021	2º	Direito das Sociedades Comerciais II	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Sim
2020/2021	1º	Metodologias de Investigação em Direito		Não
2020/2021	1º	Seminário sobre Temas de Direito do Trabalho		Não
2020/2021	1º	Seminário sobre Temas de Direito das Empresas	Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho;	Não
2020/2021	1º	Direito das Sociedades Comerciais	Licenciatura em Finanças e Contabilidade;	Não

Orientações

• Teses de Doutoramento

- Em curso

	Nome do Estudante	Título/Tópico	Língua	Estado	Instituição
1	Sérgio Fernando Henriques Nunes	O papel dos códigos de conduta na prevenção e repressão do assédio moral: o caso português	Português	Em curso	Iscte

• Dissertações de Mestrado

- Em curso

	Nome do Estudante	Título/Tópico	Língua	Estado	Instituição
1	Daniela Cunha Velez	Euro Digital - O Novo Paradigma de Segurança e Conformidade para as Empresas	--	Em curso	Iscte
2	Eveline Pires	Os Limites do Extra Petita no Processo do Trabalho.	--	Em curso	Iscte
3	Rafael Vieira Pessotti Rangel	O objeto da obrigação de entrada dos sócios nas sociedades comerciais: Análise no direito português e comparado	--	Em curso	Iscte
4	Bruna Rodrigues Lara	Subcontratação, responsabilidade solidária e proteção dos trabalhadores em Portugal: um estudo comparado com o Brasil	--	Em curso	Iscte
5	Inês Tomás Abrantes	Medidas anti-OPA	--	Em curso	Iscte
6	Henriques Quexicaiana	A Destituição dos Administradores das Sociedades Anónimas: Causas e Consequências Jurídicas	--	Em curso	Iscte
7	João Pedro Cabeleira Alves Dinis Capela	A Responsabilidade Civil do Presidente da Mesa da Assembleia Geral	--	Em curso	Iscte
8	Ana Caroline Redana do Prado Soares Mota	ESG e a relevância da responsabilização das empresas por irregularidades na cadeia de valor: entre o dever de diligência e a última ratio	--	Em curso	Iscte
9	Liliana Filipa Dos Santos Gouveia	A Proteção dos Credores no Código das Sociedades Comerciais:	--	Em curso	Iscte

10	Raquel Rodrigues Jacinto	A execução de deliberações sociais e a responsabilidade dos administradores	--	Em curso	Iscte
11	Carlota Sofia Russo Pessanha	O corporate governance nas empresas públicas	--	Em curso	Iscte
12	Maria Manuel Viegas da Cunha	A Transmissão da Unidade Económica: Enquadramento Jurídico e Perspetivas ESG no Direito Português	--	Em curso	Iscte
13	Dina Maria Rodrigues da Conceição Viegas	Enquadramento Jurídico do Teletrabalho	--	Em curso	Iscte
14	Adramane Cassamá	Abuso de Direito na Aplicação dos Resultados: Reflexões sobre os Limites Jurídicos e a Proteção dos Direitos dos sócios em Portugal.	--	Em curso	Iscte
15	Sónia Arminda Sebastião Combela	As consequências da violação do direito à informação dos Sócios nas Sociedades Comerciais.	--	Em curso	Iscte
16	Flávia Alexandra Dos Santos Oliveira	Euro Digital e criptoativos de pagamento: distinção jurídico-funcional entre moeda pública digital e stablecoins	--	Em curso	Iscte
17	Cristian Jordan de Araújo Silva	Da provisoriedade à eficácia: a suspensão de deliberações sociais e o papel do julgador na inversão do contencioso.	--	Em curso	Iscte
18	Joana Rodrigues Marques Melo	Os Grupos de Sociedades: em especial, os grupos de facto	--	Em curso	Iscte
19	Uneeza Abdul Latif Vaiani	Redefinindo a marca do CEO: construindo confiança e autenticidade nas relações com os consumidores através de estruturas de mediação	--	Em curso	Iscte
20	Adriano Diamona Neto Serafim da Silva	O Governo das Sociedades	--	Em curso	Iscte
21	Daniel Maximo de Alencar	A governança nas empresas municipais.	--	Em curso	Iscte

- Terminadas

	Nome do Estudante	Título/Tópico	Língua	Instituição	Ano de Conclusão
1	Cláudia Margarida Jacinto Alves	Na atualidade do Corporate Governance - A Idoneidade dos Administradores e o seu Controlo na Garantia de uma Vigilância Eficaz	Português	Iscte	2026

2	Nadiana Zanoela Zamboni	O Regime Jurídico do Investidor Estrangeiro em Portugal	Português	Iscte	2025
3	Larissa Moreira Gonçalves	Os novos meios de acesso à justiça no direito tributário.	Português	Iscte	2025
4	Ramom Possidônio de Carvalho Lacerda	Eliminação da dupla tributação Internacional: a questão dos rendimentos do trabalho	Português	Iscte	2025
5	Adriano Alexandre Júnior	O Impacto da IA na Responsabilidade dos Administradores	Português	Iscte	2025
6	Ana Sofia Potes Fernandes Angeja	Impacto das deliberações sociais abusivas nas sociedades comerciais	Português	Iscte	2025
7	Sara Isabel Salsas Carneiro	As patentes farmacêuticas - Compatibilização legal do acesso aos cuidados de saúde e a da exclusividade no uso das patentes	Português	Iscte	2025
8	Ellen Kassianny Bragança Santos	Greenwashing e Responsabilidade Empresarial: O papel da Corporate Governance e das Políticas ESG	Português	Iscte	2025
9	Iara Patrícia Pires Gomes	Uma Perspetiva Jurídica sobre o Impacto da Inteligência Artificial nas Sociedades Comerciais: do Corporate Governance ao Intelligent Governance	Português	Iscte	2025
10	Rosa dos Anjos Barros da Silva	A inteligência artificial e a responsabilidade dos administradores	Português	Iscte	2025
11	Arlene Manuela de Sousa	Administrador de facto no âmbito societário e respectiva responsabilidade	Português	Iscte	2025
12	Joana Catarina Vaz da Costa Silva	A proteção de Segredos de Negócio em ambientes de Inteligência Artificial: abordagem ao uso do ChatGPT	Português	Iscte	2024
13	Hugo Miguel Duarte da Costa	Smart Contracts e DAOs: Desafios jurídicos no âmbito da inovação empresarial	Português	Iscte	2024
14	Rodrigo Pereira Cardoso	Vicissitudes dos Organismos de Investimento Coletivo e Sociedades Gestoras: Fusão, Cisão e Variações de Capital	Português	Iscte	2024
15	Débora Alves Pinto dos Santos	A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS GERENTES DAS SOCIEDADES POR QUOTAS NOS DESPEDITOS ILÍCITOS	Português	Iscte	2024
16	Ana Rita Campino André	Uma das Novas Formas de Capitalização das Sociedades Comerciais: O Crowdfunding de Capital	Português	Iscte	2024
17	Bárbara Filipa Ribeiro Esteves	Branqueamento de Capitais na Era das Criptomoedas	Português	Iscte	2024

18	Miguel Filipe da Costa do Casal	Impugnação Judicial Direta de Deliberações do Conselho de Administração	Português	Iscte	2024
19	Shanila Bibi Mussa	O impacto da inteligência artificial no Direito das Empresas: a possibilidade de uso da inteligência artificial pelo órgão de administração das sociedades anónimas	Português	Iscte	2024
20	Catarina Maria Coelho Fonseca	O Compliance Fiscal e as Infrações Tributárias nas Instituições Financeiras	Português	Iscte	2023
21	Diego Trindade Alves da Silva	A Dedutibilidade de Gastos no IRC - Uma análise jurisprudencial	Português	Iscte	2023
22	André da Costa Simões	A personalidade, capacidade e legitimidade do Administrador de Insolvência, designadamente em inventário judicial: a liquidação dos direitos do insolvente	Português	Iscte	2023
23	Inês Marisa Antunes de Brito	A tributação dos grupos de sociedades	Português	Iscte	2023
24	Miguel Marquês de Mendonça	A Tributação Autónoma: uma análise Jurisprudencial e Doutrinária	Português	Iscte	2023
25	Pedro Alves Vitorino	As Sociedades Desportivas	Português	Iscte	2023
26	Ana Lidia Europeu de Omena Moura Duarte	A implantação do IVA europeu no Brasil, como instrumento para reduzir as desigualdades sociais e económicas	Português	Iscte	2023
27	André dos Santos Pereira Dias Oliveira	As Ofertas Públicas de Aquisição (OPA's): breves considerações	Português	Iscte	2023
28	Gabriel Nogueira Calado	O regime jurídico (e fiscal) das sociedades unipessoais	Português	Iscte	2023
29	Jacqueline de Carvalho Torres	O crescimento do compliance e o seu impacto nas grandes empresas: alguns aspetos	Português	Iscte	2022
30	Marina Peyneau Papi	Os Benefícios do Regime Fiscal do Residente Não Habitual em Portugal - A Carga Fiscal e a Atratividade do Regime e os Impactos e Embaraços para Tributação do Rendimento de Cidadãos Britânicos Pós BREXIT	Português	Iscte	2022
31	Maria Carolina Oliveira Vieira	As operações de venda de NPL em Portugal: as problemáticas da perspetiva do devedor	Português	Iscte	2022
32	Nathália Mattos e Silva	O Corporate Governance - Mecanismos e Ferramentas, com foco na Diversidade do Conselho de Administração e a Controvérsia das Finanças Comportamentais.	Português	Iscte	2022

33	Daniela Alexandra Alves Oliveira	A garantia bancária autónoma à primeira solicitação. Em particular, a recusa legítima de pagamento pelo garante.	Português	Iscte	2021
34	Jusseley Antónia Lima Rodrigues	Sígilo Bancário da Doutrina e na Jurisprudência	Português	Iscte	2018
35	Marisa Filipa Oliveira Manso	Uma análise das medidas de resolução bancária.	Português	Iscte	2018
36	Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares Gonçalves	A Resolução Bancária e o Saneamento das Instituições de Crédito. Uma Mudança de Paradigma	Português	Iscte	2015

Publicações

• Revistas Científicas

- Artigo em revista científica

1	Abreu, L. V. (2025). O dever de vigilância dos pais como dever de educação segundo a jurisprudência dos tribunais superiores Portugueses (art. 491º do Código Civil Português). Uma apreciação crítica. Revista jurídica. 1 (81), 160-195
2	Abreu, L. V. (2024). O requisito temporal na formação dos usos laborais segundo a jurisprudência recente do Supremo Tribunal de Justiça Português. Revista jurídica. 3 (80), 421-439
3	Abreu, L. V. (2023). La democratización del gobierno de las empresas, en especial, la codeterminación: Algunas ideas sobre su posible adopción en el Derecho Português. Anuario Coruñés de Derecho Comparado del Trabajo. 15, 305-316
4	Abreu, L. (2021). Breve apreciação do regime do segredo bancário, incluindo o segredo do supervisor, no Anteprojeto de Código da atividade bancária, nomeadamente por comparação com o Regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras. Revista de Direito Financeiro e do Mercado de Capitais. 3 (1), 349-381
5	Abreu, L. V. (2017). Os herdeiros não têm o direito a saber tudo e uma testemunha pericial deve ser objeto de adequado contraditório: Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 4.10.2017, P. 1108/14.0TJVN.F.G1. Cadernos de Direito Privado. outubro/dezembro (60), 53-75
6	Abreu, L. V. (2016). Responsabilidade médica: apresentação de uma tese. Revista de Direito Civil. Ano 1 (4), 817-852
7	Abreu, L. V. (2016). O direito e a medicina. Lex Medicinæ: Revista Portuguesa de Direito da Saúde. Ano 13 (25-26), 15-22
8	Abreu, L. (2007). As obrigações não pecuniárias do arrendatário (NRAU). O Direito. ano 139º (2007) (III), 639-655
9	Abreu, L. (2005). Limitação do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada mediante o acordo do seu titular. O caso do Big Brother. Galileu - Revista de Direito e Economia. ano 26 janeiro-março (101), 113-118

10	Abreu, L. (2004). Infração disciplinar continuada ou princípio da unidade da infração disciplinar? - Ac. do STA, de 16.1.2003, P. 604/02. Cadernos de Justiça Administrativa. março-abril 2004 (44), 17-29
11	Abreu, L. (2004). Despacho de mero expediente ou decisão-surpresa? - Ac. do STA, de 28.1.2004, P. 46.134. Cadernos de Justiça Administrativa. julho-agosto 2004 (46), 21-25
12	Abreu, L. (2003). Efeitos da renúncia ao mandato judicial - Ac. do STJ, de 16.4.2002, Rec. 942. Cadernos de Direito Privado. abril-junho 2003 (2), 64-67
13	Abreu, L. (2002). O Estatuto da Ordem dos Advogados e as relações entre mandante e mandatário judicial. Revista da Ordem dos Advogados. ano 62 (janeiro de 2002), 263-302
14	Abreu, L. (1996). A sociedade leonina (Art. 994º do Código Civil). Revista da Ordem dos Advogados. ano 56 (agosto 1996), 619-665
15	Abreu, L. (1995). O Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida Urbana da Cidade de Lisboa. Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente. dezembro 1995 (4), 305-317

• Livros e Capítulos de Livros

- Autor de livro

1	Abreu, L. (2022). A tutela da confiança e a função judicial: o caso das viragens da jurisprudência. Uma breve panorâmica do direito português e do direito brasileiro. Coimbra. Instituto Jurídico da FDUC.
2	Abreu, L. (1993). Para o estudo do procedimento disciplinar no direito administrativo português vigente: as relações com o processo penal. Almedina.

- Editor de livro

1	Abreu, L. (2022). Estudos em homenagem ao Professor Doutor Manuel Pita. Coimbra. Almedina.
---	--

- Capítulo de livro

1	Abreu, L. (2023). A responsabilidade dos administradores para com a sociedade quando o ato ou omissão assente em deliberação dos sócios: Uma breve panorâmica da doutrina portuguesa. In Mário Aroso de Almeida, Pedro Machete, Filipa Urbano Calvão, António Cortês, Raquel Carvalho, Luís Fábica, Marta Portocarrero, Jorge Pereira da Silva, Maria Oliveira Martins, Armando Rocha (Ed.), Estudos em homenagem à professora doutora Maria da Glória F. P. D. Garcia. (pp. 1561-1573). Lisboa: Universidade Católica Editora.
2	Abreu, L. (2023). Viagens organizadas e férias estragadas: O dano das férias estragadas na legislação, doutrina e jurisprudência nacionais. In José Lucas Cardoso, Francisco Nicolau Domingos, João de Sousa Assis, Bárbara Magalhães (Ed.), Turismo: Reflexões jurídicas e económicas. (pp. 85-100). Coimbra: Almedina.
3	Abreu, L. (2022). As cinco características principais de uma sociedade comercial. In Luís Vasconcelos Abreu (Ed.), Estudos em homenagem ao Professor Doutor Manuel Pita. (pp. 491-504). Coimbra: Almedina.
4	Abreu, L. (2019). O segredo do advogado no direito profissional: alguns aspetos. In Os segredos no Direito. Atas da conferência. (pp. 213-238). Lisboa: AAFDL.

5	Abreu, L. (2013). O regime disciplinar dos agentes de execução: algumas questões. In Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas. (pp. 977-990).: Coimbra Editora.
6	Abreu, L. (2012). Os saneamentos na função pública na lei e na jurisprudência do STA. In Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles. (pp. 261-284).: Almedina.
7	Abreu, L. (2011). Nótula sobre a inconstitucionalidade do nº 4 do art. 7º do Dec.-Lei nº 185/93, de 22 de maio (intervenção dos organismos de segurança social nos processos de adoção). In Jorge Miranda (Ed.), Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia. (pp. 789-794).: Coimbra Editora.
8	Abreu, L. (2011). Sobre o poder unilateral de modificação do spread pelas instituições de crédito nos financiamentos MLP contratados com empresas. In Rui Pinto Duarte, Vítor Pereira das Neves, Marta Tavares de Almeida, Assunção Cristas, José Lebre de Freitas (Ed.), Estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Ferreira de Almeida. (pp. 22-35).: Almedina.
9	Abreu, L. (2008). A parte subjetivamente complexa: Uma aproximação ao seu conceito e regime de direito substantivo. In António Menezes Cordeiro, Pedro Pais de Vasconcelos, Paula Costa e Silva (Ed.), Estudos em honra do Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão. (pp. 357-378).: Almedina.
10	Abreu, L. (2006). Algumas considerações sobre os preâmbulos dos contratos. In Estudos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco. (pp. 919-926).: FDUL.
11	Abreu, L. (2006). A obrigatoriedade de fundamentação dos atos administrativos e das decisões judiciais nalguma jurisprudência recente. In Estudos em honra de Ruy de Albuquerque. (pp. 829-895).: FDUL.
12	Abreu, L. (2005). O segredo médico no direito português vigente. In Estudos de direito da bioética. (pp. 261-285).: Almedina.
13	Abreu, L. (2002). Os sindicatos bancários no direito português. In Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles. (pp. 519-564).: Almedina.
14	Abreu, L. (2002). A violação de direitos de personalidade pela comunicação social e as funções da responsabilidade civil. Recentes desenvolvimentos jurisprudenciais. Uma breve comparação luso-alemã. In Estudos em homenagem à Prof. ^a Doutora Isabel de Magalhães Collaço. (pp. 457-475).: Almedina.

• Outras Publicações

- Entrada/Posfácio/Prefácio

1	Abreu, L. & Domingos, F. Nicolau (2024). Prefácio. O compliance fiscal e as infrações tributárias nas instituições financeiras.
2	Abreu, L. (2005). Responsabilidades disciplinar e civil dos funcionários e agentes da Administração Pública e responsabilidade civil desta última perante terceiros pelos atos dos seus funcionários e agentes. Enciclopédia Pólis.

- Working paper

1	Abreu, L. (2026). A garantia europeia do direito de propriedade privada e a expropriação por utilidade particular no direito das sociedades comerciais português. A garantia europeia do direito de propriedade privada e a expropriação por interesse particular no direito das sociedades comerciais português. 1-13
---	--

2	Abreu, L. (2025). Três sugestões relativamente ao Código do Trabalho português por um não juslaboralista. Três sugestões relativamente ao Código do Trabalho português por um não juslaboralista. 1-12
3	Abreu, L. (2025). Algumas notas sobre a ética desportiva e a luta antidopagem em Portugal. Algumas notas sobre a ética desportiva e a luta antidopagem em Portugal.
4	Abreu, L. (2024). A democratização do governo das empresas, em especial a codeterminação. Algumas ideias quanto à sua adoção no direito português. A democratização do governo das empresas, em especial a codeterminação. Algumas ideias quanto à sua adoção no direito português.

- Artigo sem avaliação científica

1	Abreu, L. (1991). Algumas notas sobre o problema da confiscatoriedade tributária em sede de imposto sobre o rendimento pessoal. Fisco. ano 3 (31 maio 1991), 26-31
2	Abreu, L. (1991). Princípio da igualdade e jurisprudência administrativa: breve nota. Fisco. ano 3 (34 setembro 1991), 23-24

• Conferências/Workshops e Comunicações

- Comunicação em evento científico

1	Abreu, L. (2025). Algumas sugestões relativamente ao Código do Trabalho (português) por um não juslaboralista. Webinar Luso-Espanhol Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho e Instituto Corunhês de Direito do Trabalho.
2	Abreu, L. (2025). Algumas insuficiências do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho em Portugal na tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores. II Simpósio Internacional Direitos Humanos e Cidadania - Direitos Humanos em Crise? Tensões entre Desafios Globais e Conjunturas Locais.
3	Abreu, L. (2024). Os usos da empresa, incluindo os usos laborais. Webinar luso-espanhol sobre os usos da empresa, incluindo os usos laborais.
4	Abreu, L. (2024). A democratização do governo das empresas, em especial a codeterminação. Algumas ideias quanto à sua adoção no direito português. A democratização do governo das empresas.
5	Abreu, L. (2023). As sociedades unipessoais. Webinar luso-espanhol sobre os problemas jurídicos, laborais e societários colocados pelas sociedades unipessoais.
6	Abreu, L. (2022). A tutela da confiança e a função judicial: o caso das viragens da jurisprudência. Uma breve panorâmica do direito português e do direito brasileiro. Webinar luso-espanhol sobre a tutela da confiança e a função judicial: o caso das viragens da jurisprudência.

Cargos de Gestão Académica

Director (2025 - 2027)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Membro (Docente) (2024 - 2026)
Unidade/Área: Comissão Pedagógica

Coordenador do 1º Ano (2023 - 2024)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Coordenador do 2º Ano (2023 - 2024)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Director (2023 - 2025)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Coordenador do 1º Ano (2022 - 2023)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Membro (Docente) (2022 - 2025)
Unidade/Área: Comissão Científica

Coordenador do 2º Ano (2021 - 2022)
Unidade/Área: [B107] Direito das Empresas

Director (2021 - 2023)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho

Coordenador do 2º Ano (2021 - 2022)
Unidade/Área: Mestrado em Direito das Empresas e do Trabalho